



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Augusto Carvalho

PROJETO DE LEI Nº , 2015
(do Sr. Augusto Carvalho)

Dá nova redação ao parágrafo
1º do art. 16 da Lei nº 6.830, de
22 de setembro de 1980.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao parágrafo 1º do art. 16 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a seguinte redação:

“Art. 16

I -

II -

III -

§ 1º “Não é obrigatória a garantia em juízo para oposição de embargos do executado, devendo seguir no que couber a esta Lei, os exatos termos do art. 736 do Código de Processo Civil;” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal da República assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa e o livre acesso à justiça, princípios elevados ao status de garantia fundamental pelo art. 5º da Magna Carta, respectivamente pelos incisos LV e XXXV.

Neste prisma, a exigência de depósito ou penhora prévia antes da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Augusto Carvalho

oposição dos embargos, constitui nítido óbice ao acesso pleno ao Judiciário, derogando parcialmente em favor da Fazenda Pública, direitos e garantias que não podem ser alterados sequer por emenda constitucional.

Sabe-se que o Código de Processo Civil foi instituído pela Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, antecedendo assim, em mais de sete anos a Lei de Execução Fiscal – Lei nº 6.830, publicada em 22 de setembro de 1980, entendendo emergente doutrina que o art. 16, § 1º desta última lei, simplesmente reproduziu a redação do Código de Processo Civil e que por não ter regramento próprio, deveria sempre acompanhar a tendência do estatuto processual.

Assim, a exigência de prévia garantia do juízo para a oposição de embargos à execução – feita no parágrafo 1º do art. 16 da Lei 6830/1980 – não decorre de detalhes, vicissitudes ou particularidades da relação entre o contribuinte e a Fazenda Pública. A Lei nº 6830/1980 cuidou, nesse ponto, de copiar, reproduzir, seguir a regra geral; a segurança prévia do juízo como exigência para o ajuizamento dos embargos era uma regra geral, e não uma regra que decorresse da particular relação havida entre o particular e a Fazenda Pública.

A atual redação do art. 736 do CPC dispensa a prévia garantia do juízo para o ajuizamento de embargos à execução. Logo, questiona-se se tal regra é aplicável à execução fiscal.

Em resposta, apesar de a Lei nº 6.830/80 ser lei especial e a hermenêutica jurídica nos ensina que lei especial não pode ser derogada por lei geral (Código de Processo Civil), a exigência de tal garantia não tem como pilar especial relação entre a Fazenda Pública e o credor, pois, tão somente a LEF se limitou a reproduzir uma norma estatuída no Código de Processo Civil. Ao passo que a edição da Lei nº 11.382/06 parece ter tornado inócua a manutenção de tal exigência quanto às execuções fiscais, que não possuem regramento próprio.

Pelo exposto, depreende-se que notória corrente doutrinária mostram uma nova tendência do panorama da execução fiscal, qual seja a de lenta e progressivamente se abandonar a exigência da Garantia do Juízo para a oposição de Embargos à execução fiscal, vez que incompatível com o modelo processual constitucional, em voga hoje, e até mesmo pela mudança da sistemática operada pela legislação infraconstitucional, especialmente a Lei nº 11.382, que aboliu a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Augusto Carvalho

necessidade de tal garantia em relação à execução civil.

Faz-se mister, portanto, na alteração no § 1º do art. 16, da Lei de Execução Fiscal nº 6.830/1980, que atualmente se encontra em plano de discussão e controvérsia quanto a sua aplicação por ser incompatível com a sistemática processual moderna, pois só cria óbice ao livre acesso à Justiça.

Ante o exposto, espero o apoio dos nobres parlamentares para aprovar o presente projeto.

Sala das Sessões, de de 2015.

Dep. Augusto Carvalho
Solidariedade/DF